

A face pretensamente progressista da Economia e notas sobre o tipo de crítica para ela requerida

*Álvaro Martins Siqueira*¹

Resumo: O objetivo deste trabalho é indicar o caráter decisivo que a metodologia da economia desempenha na preservação de sua ontologia conservadora e a pertinência das críticas heterodoxas ao método, apesar das negativas feitas por defensores do *mainstream* ou da economia neoclássica. Ao final, defendemos que essa metodologia está, ainda que de maneira mediada, conectada às necessidades socialmente dominantes e, portanto, a metodologia econômica deve ser combatida a partir de uma concepção totalizante de sociedade, isto é, aquela que é capaz de transpor a limitação posta por um escopo estritamente acadêmico de análise.

Palavras-chave: Ontologia; metodologia econômica; crítica social.

Abstract: The purpose of this paper is to point out the decisive role played by economic methodology in protecting its conservative ontology and the appropriateness of methodological heterodox criticisms, despite the theoretical defenses posed by mainstream or neoclassical defenders. In the end, we defend that this methodology is, even if in a mediated way, connected to the socially dominant needs, and, therefore, the economic methodology should be criticized from a totalizing conception of society, that is, one capable of overcoming the limitation laid by a strict academic scope of analysis.

Key-words: Ontology; economic methodology; social criticism.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense. E-mail: alvaromsiqueira@gmail.com

Introdução

É importante assinalar que muitas proposições do positivismo do início do século passado ainda são muito influentes na Economia (Caldwell, 1982), apesar das negativas retóricas por parte das correntes dominantes. Um autor que contesta essa influência positivista é Hausman (1992), por exemplo, que defende que as concepções de modelo, teoria, escopo de análise e método dominantes na prática dos economistas neoclássicos não são mais compatíveis com as noções lógico-positivistas apontadas pela crítica metodológica da heterodoxia. Para Hausman (1992), o caráter de ciência separada (das demais ciências) e inexata (em relação às aplicações dos postulados fundamentais) da Economia implica que ela não deve ser analisada pelos seus axiomas, mas pela capacidade de adequar seus modelos particulares às leis fundamentais de uma teoria geral de equilíbrio, que é expressão “inequívoca” e “conhecida” da natureza humana.

Outro argumento defensivo das correntes dominantes é o de que as críticas feitas à teoria hegemônica estão desatualizadas e não são mais capazes de se dirigir à teoria econômica contemporânea. Segundo Colander et al. (2004), “a economia está se distanciando da aderência estrita à santíssima trindade – racionalidade, egoísmo e equilíbrio – para uma posição mais eclética de comportamento intencional, auto-interesse esclarecido e sustentabilidade”. A noção de que o termo “neoclássico” está inutilizado frente às mudanças contemporâneas da teoria econômica é compartilhada também por Davis (2008).

Contra esse recurso evasivo das correntes principais da economia, é importante afirmar que se encontram intactas as características mais relevantes do *mainstream*, como a necessidade de modelagem em sistemas fechados, a redução do que é relevante na realidade ao âmbito empírico, e a interdição de um debate comprometido com o estudo da natureza dos objetos sociais. Em poucas palavras, embora o *mainstream* sustente que já superou as críticas recebidas, parece ainda mais evidente que o movimento de blindagem das concepções ontológicas dominantes requer o aprofundamento das críticas metodológicas. Assim sendo, consideraremos alguns elementos centrais em Hausman (1992) e Colander (2004) para defender que a metodologia da economia desempenha um papel decisivo (embora nem sempre reconhecido) na preservação de sua ontologia conservadora, que ainda é vulnerável às críticas heterodoxas, a despeito dos argumentos apresentados pelos autores.

Hausman e a natureza inexata e separada da ciência econômica

Hausman (1992) faz ao mesmo tempo uma defesa e um argumento propositivo aos praticantes da economia neoclássica. Hausman se mostra conformado com uma situação que ele próprio designa como “dogmática” (embora o autor reconheça um certo “dogmatismo”, ele não acredita que isso seja razão suficiente para abalar a cientificidade da Economia). A exposição dos argumentos principais

de Hausman será organizada em três etapas. Hausman i) defende que a economia não é dedutiva no mesmo sentido dos lógico-positivistas e nem que pode ser simplesmente enquadrada nos esquemas metodológicos de Kuhn (1970) e Lakatos (1978); i) postula uma estrutura analítica que configura a prática de pesquisa em economia, e a partir dela uma estratégia de investigação de relações inexatas que investiga que implica para a Economia um caráter separado de ciência; e ii) defende que em decorrência dessa estratégia, o método mais apropriado seria o *método dedutivo a priori*, inspirado em contribuições metodológicas de John Stuart Mill.

Antes de fornecer sua própria descrição da estrutura específica da economia, Hausman revisa alguns aspectos centrais das filosofias de Thomas Kuhn e Imre Lakatos, para indicar que a contribuição desses autores, que estavam preocupados em superar a visão lógico-empiricista de teorias científicas, não é suficiente para caracterizar a economia enquanto ciência. Hausman considera as contribuições desses filósofos na medida em que são auxiliares para a elaboração de sua própria concepção sobre a economia. Em suma, tanto Kuhn quanto Lakatos, para Hausman, falham em captar a essência da cientificidade da economia pois a estrutura programática que oferecem sobre a prática científica não permite ressaltar adequadamente os pressupostos de equilíbrio que norteiam a prática científica dos economistas.

Segundo o autor, a estrutura do trabalho teórico na economia, isto é, o que os economistas de fato fazem, assume a forma de elaboração de modelos e a investigação matemática de suas propriedades. Esses modelos possuem axiomas e pressupostos que podem ter a função de reformular o núcleo da teoria ou modelo, simplificar informações sobre mercadorias, mercados, tipo de competição, etc., ou então delimitar o escopo dos fenômenos aos quais a análise se direciona. Como assinala Hausman, todos esses tipos de pressupostos são feitos tendo em vista a possibilidade de derivações matemáticas e comparação entre propriedades comuns à conjuntos de modelos. Assim, quando os modelos são aplicados para previsão ou explanação de eventos do mundo real, os economistas deixam ao menos tacitamente explícito que os pressupostos dos modelos que utilizam são aproximadamente verdadeiros ou não essenciais.

Além disso, os modelos da economia positiva (neoclássica) se enquadram em modelos de equilíbrio parcial, nos quais ignora-se a dependência geral do fenômeno, ou modelos de equilíbrio geral. A explanação na economia (neoclássica) geralmente também envolve um exame de como o equilíbrio pode se alterar em resposta a mudanças nas condições iniciais. A definição de racionalidade é crucial para essa perspectiva e indica que a economia é duplamente uma teoria de como as pessoas se comportam e como elas se comportariam ou deveriam se comportar. A teoria do equilíbrio oferece premissas para o argumento de que a competição perfeita é algo moralmente bom e, enfim, essa teoria molda todo o empreendimento teórico da disciplina.

Esses elementos sumariamente indicados exprimem uma prática de pesquisa que, embora carregue semelhanças evidentes com a estrutura de ciência descrita por Kuhn e Lakatos, não está totalmente contida nessas contribuições. Ao avançar na caracterização da economia, Hausman procura deixar ainda mais nítida essa limitação. Para o autor, a economia é definida em função dos fatores causais com os quais está preocupada.

Para Hausman, a economia tem um domínio distinto, no qual seus fatores causais predominam (1992, p. 92), e as leis dos fatores causais preponderantes nesse domínio já são bem conhecidas. Essas leis são as causas principais dos fenômenos econômicos e constituem proposições do tipo ‘mais é melhor do que menos’. A teoria econômica, ao empregar essas leis, produz uma explicação uníssona, completa, mas inexata de seu próprio domínio. Seus modelos exploram as implicações específicas das leis gerais mais importantes. Por outro lado, como o fenômeno econômico é definido em termos das conhecidas leis fundamentais, então a teoria econômica oferece uma explicação de todos os fenômenos econômicos e constitui, portanto, uma teoria completa em si mesma².

De fato, Hausman, afirma que o objetivo explanatório da economia, que é completa porém inexata, é justamente traçar os fenômenos econômicos (definidos por ela própria) de volta para os fatores econômicos causais mais fundamentais. Sendo as causas já bem conhecidas, a tarefa consiste na reafirmação de noções pré-estabelecidas. Em outras palavras, a economia é uma disciplina que, além de projetar proposições gerais inexatas sobre os fenômenos que estuda, se caracteriza pelo distanciamento de formas de análise que não carreguem como pressuposto as suas “bem conhecidas” leis fundamentais. Como ciência separada, a economia é submissa a um monismo metodológico e destituída de interdisciplinaridade – seja ela advinda de qualquer outra ciência³.

Como afirma Hausman, nesse contexto,

As generalizações de psicólogos e sociólogos não são bem-vindas na teorização econômica. [...] Além do mais, ao contrário do que ocorre na física ou biologia, a busca por leis fundamentais não é parte da economia, pois os princípios fundamentais já são razoavelmente bem conhecidos e são, de qualquer forma, exteriores a disciplina. Elas são simples generalizações evidentes à introspecção ou à experiência cotidiana. O trabalho dos economistas é em refiná-las e em clarificar quais dessas generalizações são necessárias para a explicação e previsão do fenômeno econômico, mas os economistas não estão comprometidos com uma busca por leis (1992, p. 94-5)

A estrutura da “ciência econômica pura” é então, na realidade, constituída por uma única lei (ou teoria) que é refinada e aplicada. Embora outras forças afetem o resultado econômico, a estrutura particular da economia é separada. Portanto uma contribuição só é legítima se partir do domínio da própria economia, ou seja, se puder ser demonstrado que ela segue a teoria do equilíbrio e correlatas

² Note-se que, como as leis fundamentais são “bem conhecidas” e, ao mesmo tempo, o domínio que a economia investiga é aquele circunscrito ao efeito dessas leis, então não é nenhum exagero imputar à economia a mesma crítica de circularidade lógica que é feita à Lakatos

³ Embora seja um defensor da economia neoclássica, nem mesmo Hausman deixa de expressar uma avaliação crítica diante dessa postura, pois, segundo ele, a teorização derivada da estrutura da economia é injustificadamente dogmática (Hausman, 1992, p. 274).

generalizações sobre crenças, preferências e restrições, como o ciclo de vida Modigliani e a hipótese da renda de Friedman. Nesse caso, como afirma Hausman (1992, p. 96-7), as contribuições não configuram hipóteses *ad hoc* pois nem ameaçam a unidade explanatória da teoria do equilíbrio.

Com isso, mostramos que Hausman defende que a economia não é dedutiva no mesmo sentido dos lógico-positivistas e que ela não é suficientemente bem representada pela estrutura categorial de Kuhn ou Lakatos. Também mostramos que a descrição direta de economia apresentada por Hausman carrega uma implicação para a estratégia da disciplina, que é se separar das demais ciências. Agora, trataremos brevemente do aparato metodológico que, segundo o autor, resolve o problema da inferência para o caso dos economistas – o *método dedutivo ou a priori*.

O método dedutivo a priori e a blindagem ontológica da Economia

Na economia, ou, conforme a nomenclatura usada por John Stuart Mill, na “ciência da natureza humana”, o caráter de *ciência* inexata é posto em evidência pela possibilidade de conectar dedutivamente as leis empíricas às leis universais da natureza humana. Por exemplo, as generalizações empíricas envolvendo oferta e demanda de mercado podem ser derivadas a partir de ‘leis’ universais da teoria de equilíbrio. Desse fato resulta a cientificidade legítima, porém inexata, das leis da ciência econômica. Como a economia conhece apenas as leis universais, ela não pode afirmar precisamente o que ocorre. É nesse sentido que ela é uma ciência inexata e isso, assinala Hausman, não é uma limitação de dados ou limitação matemática, é uma condição da ciência econômica que deriva da sua estrutura de disciplina separada.

Para essa condição essencial da economia, resta o método dedutivo ou a priori de Mill. Esse método, relembra Hausman (1992, p. 143), não corresponde ao método H-D (hipotético-dedutivo), criticado também por Mill. O método dedutivo ou a priori consiste de três estágios. No primeiro deles, as leis gerais são estabelecidas por meio de indução, e para isso não é relevante se há evidências, pois pouca ou mesmo nenhuma da evidência disponível será diretamente decorrida de fenômenos complexos. O segundo estágio é estabelecer leis específicas para os objetos de interesse a partir das leis gerais ou fundamentais já estabelecidas. Por fim, no terceiro estágio, deve-se verificar os resultados dedutivos das leis específicas para as leis gerais.

Um elemento de importante destaque no método que defendido pelo autor para toda a Economia é a circularidade lógica, ou melhor, a blindagem ontológica das leis gerais. Essas leis são estabelecidas sem a necessidade de avaliação crítica, e a partir de noções pré-estabelecidas, indiscutíveis. Esse método supõe que as concepções fundamentais sobre a natureza humana, que aqui podem ser chamadas de núcleo ontológico do *mainstream*, são indiscutíveis, fruto de uma certeza inabalável. Na formulação adotada por Hausman, essas leis não dizem o que inevitavelmente

acontece, mas o que aconteceria na ausência de outros fatores causais que influenciam os eventos. Mostram, numa terminologia mais familiar, o que aconteceria *ceteris paribus*.

Se a inexatidão da economia defendida por Hausman acentua o caráter dogmático e, portanto, reduz o espaço para auto-avaliações críticas de seus próprios postulados, essa tendência é ainda mais reforçada pela condição de ciência separada. Ao discutir problemas específicos de aplicabilidade desse método para a economia, Hausman (1992, p. 145) menciona uma interessante discordância entre John Stuart Mill e seu pai, James Mill. O primeiro alegou que seria anti-filosófico [*unphilosophical*] construir uma ciência sobre apenas algumas poucas das forças que determinam os fenômenos. Para J.S. Mill, seria preciso, no limite da possibilidade, explicar igualmente as forças determinantes, incluindo todas elas no interior da ciência.

Contudo, quando se trata da economia, a postura de J.S. Mill é justamente oposta: ele recomenda a prática que critica⁴. A razão é que ele afirma que o método correto de incluir todas as causas determinantes dentro da ciência é não executável. Segundo essa perspectiva, as causas determinantes imediatas são, majoritariamente, aquelas que agem através do desejo de riqueza e, por isso, é possível isolar o objeto da economia política de outros fenômenos sociais e teorizar economia política como se a busca por riqueza fosse virtualmente o único fator causal relevante. Nesse sentido, pode-se dizer que para a economia não é possível aplicar plenamente o método dedutivo, pois o caso parece requerer uma espécie de método dedutivo parcial (Hausman, 1992, p. 146).

No esquema metodológico proposto, a verificação é essencial, mas não para o teste das leis básicas, pois essas leis básicas já são estabelecidas e dificilmente poderiam cair em descrédito pelos problemas empíricos de deduções envolvendo somente um conjunto parcial de causas. De fato, diante dessa situação o próprio Hausman se confunde sobre as conclusões que podem ser inferidas desse método. Ele chega a afirmar que uma conclusão possível seria a de que “o método dedutivo só é realmente importante quando não pode ser utilizado” (HAUSMAN, 1992, p. 147). Porém, é claro que para evitar essa conclusão ele lembra que ela seria injustificada devido a existência de graus de confirmação e graus de confiança, à semelhança do critério popperiano de avaliação de teorias. É importante ressaltar que a semelhança apontada por Hausman, entretanto, é limitada: os testes servem para confirmar relações de mercado envolvendo oferta e demanda, aumentando racionalmente a confiança dos economistas nestas generalizações, mas não servem para falsificar as hipóteses fundamentais subjacentes à essas generalizações (como funcionaria um critério popperiano, neste caso). No limite, a consequência mais significativa de um resultado de verificação seria a reformulação das condições nas quais uma proposição parcial é aplicável.

⁴ Essa contradição parece ser atribuível ao que Rubin (2014, p. 43) entende como o “dualismo fundamental de todo o sistema de Mill”. De um lado, Mill desenvolve um esquema filosófico-social (onde domina a proposição de que seria insuficiente considerar apenas algumas forças causais) e, de outro, desenvolve sua teoria econômica (onde vale o oposto daquela proposição).

Ou seja, as etapas de teorização segundo o método dedutivo são três: (1) tomar emprestadas leis sobre os fatores causais relevantes testadas via *ceteris paribus*. (2) deduzir dessas leis e condições iniciais, as simplificações, etc., previsões desejadas sobre os fenômenos relevantes, e (3) testar as previsões (Hausman, 1992, 147, tradução nossa). Porém, nesse esquema, as verificações obtidas no último estágio oferecem apenas risco para (2), mas não para (1). Então, adicionando a etapa de verificação a esse esquema, (4) se as previsões estiverem corretas, o amalgama é confirmado como um todo. Como as leis já estão estabelecidas, elas não estão abertas para o questionamento nesta etapa. Uma certa conformação com essa condição fica evidente nas tentativas de justificá-la:

É possível que eles [os economistas] se comportem da maneira que o método dedutivo inexato recomenda, sem se comprometer com uma visão dogmática da análise teórica. O aparente dogmatismo pode ser apenas o resultado da sorte de começar com um conjunto de generalizações plausíveis somada ao azar de não ser possível realizar bons testes (HAUSMAN, 1992, p. 211, tradução nossa).

Em conclusão, os elementos encontrados em Hausman (1992) permitem defender a importância de posturas metodologicamente críticas, como a de Lawson (1997; 2003). Isso pois, em primeiro lugar, o método dedutivo, seja ele inexato ou não, implica de toda forma a organização teórica da economia em conjuntos isolados de sistemas fechados. Embora Hausman sustente que todos os modelos ou teorias estejam conectados a uma teoria fundamental (teoria do equilíbrio), isso não resolve o problema do tipo de mundo (atomizado) que precisa ser figurado para se operar teoricamente com sistemas fechados, e também não assegura que os modelos sejam minimamente coerentes entre eles próprios, apesar de muitas vezes se referirem ao mesmo objeto concreto. Ao contrário, um problema importante surge quando o vínculo entre modelos e, digamos, a ontologia que os unifica, é do tipo que conserva, *em qualquer instância*, as concepções dessa última. Em lugar do conjunto desarticulado de modelos e teorias, tem-se um conjunto de modelos e teorias articulado em função da blindagem de uma ontologia, que pode ser racionalmente corroborada, mas não contestada.

Em segundo lugar, esse método reduz toda a atividade cientificamente relevante dos economistas ao estabelecimento de vínculos entre as proposições parciais sobre os fenômenos e uma teoria fundamental. Dessa forma, toda a prática científica fica resumida à um exercício epistemológico. Nem todos os problemas científicos, contudo, são solucionáveis epistemologicamente. O termo *falácia epistêmica* foi cunhado para designar situações em que se tenta resolver problemas ontológicos de maneira epistemológica (Bhaskar, 2008, p. 5). Especificamente, isso significa sugerir que boa parte dos problemas enfrentados pela economia não pode ser solucionado por uma maneira melhor, ou mais eficiente, de conectar dedutivamente modelos às suas concepções fundamentais pré-estabelecidas. A intenção do tipo de crítica heterodoxa que se tem em mente é mostrar que em muitos casos, o problema reside nas concepções fundamentais, que se mostram equivocadas e precisam ser revistas.

Essas considerações também parecem indicar a relevância de se discutir método em economia. Se, por um lado, parece minimamente suspeito que a economia detenha um conhecimento apriorístico tão acertado sobre as ‘leis universais da natureza humana’, por outro lado também é preciso chamar a atenção para a importância desse método dedutivo na manutenção da estrutura teórica da disciplina. A consequência mais evidentemente conservadora, derivada diretamente do método dedutivo inexato e que mostra como este (i. é. o método) constitui um problema central, é que o tipo de dedução proposta deixa intactas as supostas leis universais “bem conhecidas” da natureza humana. As leis universais não precisam ser comprovadas, nesse sentido, nas leis empíricas. Essas últimas são avaliadas em termos de adequação às primeiras, garantidamente verdadeiras. Somado à estrutura inexata e à estratégia separada da economia, o método em questão obstrui – por si próprio – a possibilidade de uma ciência efetivamente crítica e também embarga qualquer discussão realmente ontológica.

Essas considerações concluem a revisão proposta para Hausman (1992), mas também é preciso comentar, na sequência, o argumento central das abordagens que afirmam existir uma espécie de defasagem cronológica das críticas da heterodoxia. Entre essas, talvez a de maior repercussão seja a formulada por Colander et al. (2004). Em linhas gerais, os autores defendem que o problema das críticas usuais em economia deriva de um entendimento defasado do alvo dessa crítica. Especificamente, as críticas que se destinam à “ortodoxia” não são capazes de atingir o que de fato é relevante na economia, pois o existem diferenças decisivas entre o que constitui essa “ortodoxia” e o que de fato constitui o “*mainstream*”, as pesquisas atuais em economia.

A face pretensamente progressista da “elite” teórica da Economia

Parece-nos que o argumento dos autores está sustentado em duas proposições ou pressupostos centrais. O primeiro e mais explícito pressuposto é que em economia opera uma rígida fronteira temporal, e os únicos conteúdos e teorias de fato relevantes são os que figuram na “fronteira do conhecimento”. Ou seja, a discussão só é relevante se diz respeito ao produto dos grandes centros nos últimos cinco ou dez anos (intervalo de tempo estimado pelos autores para o processo de difusão dessas ideias). Com isso, todo o resto é material para historiografia e, conforme afirmam os autores, vira descrição estática da disciplina e deixa de ser útil para caracterizar a profissão. O segundo pressuposto é que a profissão é dirigida por uma pequena “elite” de pensadores e intelectuais que detém uma autonomia praticamente absoluta sobre os direcionamentos das pesquisas através de influência sobre financiamentos, indicações para cargos importantes, etc. Conteúdos e críticas relevantes precisam ser aceitos pela elite, para que através do processo de difusão do conhecimento, alcance os centros de pós-graduação e, por fim, de graduação.

O segundo pressuposto poderá ser melhor discutido na última seção deste artigo, quando será apresentado um argumento marxista contra a suposta autonomia relativa da academia frente a outras forças de natureza social. O primeiro, contudo, pode ser imediatamente comentado, paralelamente a uma breve exposição dos argumentos de Colander et al. (2004).

Colander et al. (2004) afirmam que a crítica feita pela heterodoxia se fundamenta em uma leitura da disciplina que é atribuível às décadas de 1950 ou 1960. Para os autores, a economia já se distanciou de uma estrita adesão à santíssima trindade da racionalidade, equilíbrio e egoísmo para se aproximar de uma postura eclética de comportamento intencional, auto-interesse esclarecido e sustentabilidade (Colander et al., 2014, p. 488). O equívoco dos heterodoxos pode ser atribuído a uma visão estática, ao invés de dinâmica, da disciplina. A falha em captar o processo complexo de mudança constante que caracteriza a profissão induz os críticos a mobilizar rótulos como “Clássicos” ou “Neoclássicos” como se estes fossem representativos, quando, ao contrário, confinam e deixam de lado importantes dimensões da profissão. Para defender que a economia é muito mais plural, dinâmica e progressista do que usualmente creem os heterodoxos, uma etapa importante para Colander et al. (2004) é definir os termos classificatórios do debate. A definição geral dos autores parece provisoriamente apropriada e não há motivos especiais para discordar dela.

Em primeiro lugar, definem o *mainstream* como uma categoria social e intelectual que designa ideias sustentadas tanto por um conjunto reduzido de indivíduos que são dominantes em instituições acadêmicas de ponta, organizações e jornais relevantes em um dado momento, como também todo os demais indivíduos e instituições razoavelmente importantes que seguem e aceitam as crenças da elite. É importante sublinhar que o papel ativo, portanto relevante, do *mainstream* está circunscrito ao seletivo grupo de pensadores, escolas e instituições de ponta que julgam concepções científicas como “intelectualmente razoáveis” (COLANDER et al., 2004, p. 492).

Nessa concepção, o *mainstream* já contém uma multiplicidade de visões, pois não caracteriza uma singular escola de pensamento, e sim um conjunto de crenças heterogêneas. Colander et al. (2004), assim como Hausman (1992), recusam um enquadramento incontestável da Economia ao esquema conceitual de Kuhn. Neste caso, os autores defendem que mudanças na profissão não acontecem pela radical noção de mudança paradigmática de Kuhn. Em outras palavras, defendem esses autores que, devido ao caráter ‘social’ (leia-se político) do processo de mudanças que envolve a economia, esse processo em geral acontece de forma imediatamente imperceptível, e não da maneira drástica proposta por Kuhn através das revoluções paradigmáticas. Além de gradual, essa mudança não acontece de fora para dentro, mas em geral parte da própria elite do *mainstream*, que aos poucos aceitar ideias novas, inclusive quando são contrárias às suas próprias contribuições pessoais para o *mainstream*. Mudanças no *mainstream*, e na economia em geral, portanto, só se mostram significativas retrospectivamente.

A ortodoxia, por outro lado, não representa o caráter dinâmico da economia, que só é perceptível pelo *mainstream*. Ortodoxia, segundo Colander et al. (2004, p. 492) é uma categoria é melhor compreendida quando se aceita seu caráter estático. Ela denota um recorte de síntese de uma escola específica de pensamento que foi dominante em algum momento passado. Atualmente o principal uso do termo é para designar a escola neoclássica de pensamento, termo cunhado por Veblen em 1900 para se referir a economia do final do século XIX. Mas também se relaciona com a definição de economia política clássica, cunhada por Marx para se referir aos pensadores que vão de William Petty até David Ricardo (Marx, 2013, p. 156).

Dois elementos, então, são especialmente relevantes sobre a ortodoxia: a) ela é uma especificação que só se efetiva transcorridas décadas do período de sua atividade – ou seja, ela é uma categorização retrospectiva, necessariamente defasada; e b) ao menos na economia, as ortodoxias não são auto-definições de seus componentes, mas classificações cunhadas por críticos externos, como mostram os exemplos de classificações criadas por Marx e Veblen. Os críticos em geral, conforme descobre Colander et al., cunharam os termos que se referem a ortodoxias para ter um alvo mais fácil: “Definir a ortodoxia e dar a ela um nome, confere ao crítico um alvo fácil; isso implica uma permanência estática e imutável do pensamento” (COLANDER et al., 2004, p. 493). Quando o termo já se torna difundido, contudo, em grande parte do *mainstream* já opera uma discordância com importantes dimensões do que se pensava ser uma ortodoxia ‘dominante’.

A heterodoxia, por fim, é definida em termos de negação da ortodoxia e não possui, além disso, outro elemento decisivamente unificador. Ao contrário, muitas vezes escolas heterodoxas discordam mais entre si do que em relação à ortodoxia. Na concepção de Colander et al. (2004), economistas heterodoxos também se definem como exteriores ao *mainstream* por não adotarem os mesmos processos ou métodos de modelagem e por não seguirem as hipóteses sustentadas pelo *mainstream*. Essa discordância, de acordo com os autores, é responsável por uma “falha de comunicação” entre heterodoxia e *mainstream* que os impede de cooperar quando o assunto é crítica à ortodoxia:

Atualmente, nossa visão é a de que a elite é relativamente aberta para novas ideias, mas fechada quando o assunto é metodologias alternativas. Se não é modelado, não é economia, não importa o quão esclarecedor [insightful]. É aqui que heterodoxia e a elite do *mainstream* normalmente colidem. Especificamente, é por causa do seu método, não de suas ideias, que a maioria dos heterodoxos se encontra definido fora do campo da elite (COLANDER et al., 2004, p. 492-3)

Assim, em linhas gerais os autores apresentam uma concepção muito otimista em relação ao caráter progressista da elite econômica. Por outro lado, a ortodoxia, ainda apegada a um conjunto atrasado de pressupostos, representa uma dimensão conservadora da disciplina. Porém, a relevância da divisão feita pelos autores depende da irrelevância do método de análise, pois conforme as definições de Colander et al. (2004) tanto *mainstream* quanto ortodoxia são adeptas de uma

concepção metodológica que prioriza a modelagem formal dos fenômenos econômicos, a diferença entre essas duas residiria primordialmente na flexibilidade de alguns pressupostos e no uso de instrumentos mais sofisticados – mas permanece intacta sua metodologia. Se o método de análise é entendido como elemento caracterizador da disciplina, ou ao menos decisivo, então a rígida divisão entre a elite e a ortodoxia perde parte de sua significância.

A caracterização oferecida por Lawson (1997; 2003; 2009) permite indicar a continuidade existente entre ortodoxia e *mainstream*, ou mesmo entre os professores da elite e os professores “mediócras”, que são pouco flexíveis a incorporar as mudanças teóricas do *mainstream* (conforme definido por Colander et al.), pois Lawson destaca o método como elemento unificador de uma tendência na economia: para o autor, um traço característico do *mainstream* é que ele “insiste que modelagem formal é a maneira apropriada de fazer economia” (LAWSON, 2009, p. 1). Ou seja, a definição de *mainstream*, para Lawson, está ancorada não na teorização substantiva ou nos desenvolvimentos da fronteira do conhecimento, mas nos métodos formalísticos compartilhados e, portanto, designa um grupo de economistas que pode abranger desde a ortodoxia tradicional até a “elite do *mainstream*”.

É bom observar que a possibilidade dessa definição de *mainstream* não é um ponto pacífico na discussão. Uma visão alternativa a essa pode ser vista, por exemplo, em Fucidji (2012). Sobre qual tipo de elemento pode caracterizar uma escola, o autor defende que “qualquer corrente de pensamento é [definida por] um corpo de proposições que todos os seus praticantes partilham (o que equivale à noção lakatosiana de programa de pesquisa), não o método empregado para lidar com seus objetos de investigação” (FUCIDJI, 2012, p. 49). Assim, para o autor, Lawson confunde o conteúdo teórico com o método de análise que dá suporte a esse conteúdo, embora ambos sejam criticáveis: “A predominância desse método de análise na *mainstream* (i.e., seu dedutivismo) e a inadequação desse método ao objeto que se pretende estudar são pontos com os quais estou de acordo. Porém, supor que isso define uma determinada teoria como ortodoxa é confundir as questões” (FUCIDJI, 2012, p. 49).

Ao nosso ver, mesmo admitindo que uma corrente teórica (i.e., a ortodoxia) deva ser também definida por seu conteúdo teórico particular, parece pertinente a estratégia tomada por Lawson de definir “dedutivismo” como uma forma de pensamento metodológico dominante tanto no *mainstream* quanto na ortodoxia. Mesmo que não seja adequado considerar o dedutivismo como uma escola teórica de pensamento econômico, a designação permite atingir o núcleo do problema, que frequentemente é compartilhado entre diferentes escolas de pensamento. Sinteticamente, parece razoável concordar que teorias ortodoxas são, em geral, dedutivistas; mas nem toda dependência de dedutivismo é, por si só, ortodoxa. Assim, é possível assinalar, junto com Fucidji (2012), que o dedutivismo não é suficiente para definir uma teoria como ortodoxa – mas pela razão de que esse é um modo de pensamento que também penetra no *mainstream* e heterodoxia.

Em relação ao trabalho de Colander et al. (2004), pode-se concordar que os autores ilustram um elemento importante quando se referem à questão da defasagem e pouca disseminação do conhecimento na Economia (mas que, no entanto, poderia ser encarada como uma questão a ser superada ou mitigada, e não como condição do progresso teórico). Contudo, é preocupante a atitude de desdém desses autores quanto à relevância do estudo da história da economia. Infelizmente, será preciso evitar a seara de discussões sobre a relevância do estudo de história da economia e a inegável influência que pensadores de séculos passados têm nos desdobramentos atuais da disciplina. Aqui, o presente trabalho se limita a defender que a metodologia ou forma generalizada de ver a ciência, pode ser eficazmente utilizada para descrever uma escola ou um conjunto de autores, ainda que não se dirija exclusivamente à fronteira do conhecimento dos últimos cinco anos, como exigem Colander et al. (2004).

Em poucas palavras, as modernas teorias desenvolvidas na fronteira podem indicar a manutenção de um mesmo conjunto de métodos atribuíveis a ortodoxia, que na definição daqueles autores, está fora do *mainstream*. É o que defende Lawson sobre as concepções metodológicas dos últimos 80 anos da ciência econômica (Lawson, 2017, p. 27). Como espera-se ter indicado nos comentários sobre Hausman (1992), a adoção de uma metodologia e procedimentos considerados científicos tem um potencial ativo significativo nos desdobramentos de uma disciplina e, portanto, não parece lícito considerar que só são relevantes as hipóteses e teorias explicitamente professadas pela exageradamente restrita e pretensamente progressista fronteira do conhecimento econômico.

Ao contrário, evidências mais recentes sobre o direcionamento da disciplina indicam que ela não é tão progressista quanto a descrição de Colander et al. (2004) sugeria. Em um artigo posterior a crise financeira de 2008, Colander et al. (2009, p. 2) afirmam estar clara a “falha sistêmica da profissão econômica”. E, ainda, concedem que “essa falha tem profundas raízes metodológicas” (2009, p. 3). Os autores, neste trabalho, acabam por defender uma profunda reorientação metodológica para a disciplina (embora tenham, anteriormente⁵, mostrado uma atitude compreensiva diante do conservadorismo metodológico do *mainstream*). Segundo seus argumentos, a disciplina falha em seus próprios objetivos científicos diante dos mercados:

O fracasso em ao menos *prever os atuais problemas* do sistema financeiro internacional e a incapacidade de modelos financeiros e macroeconômicos de *lançar luz nos presentes eventos* reforçam a necessidade de uma grande reorientação nessas áreas e a reorientação de suas premissas básicas (COLANDER et al., 2009, p. 16, itálicos adicionados).

Ao que parece, a mudança de postura frente a capacidade evolutiva do *mainstream* equivale a embaraçosa, mas importante admissão, pelos próprios autores, de que a economia não é assim tão

⁵ “Nós não estamos afirmando que o *mainstream* seja sempre plural e receptivo [open minded], disposto a aceitar visões heterodoxas de braços abertos. Longe disso. Eles são humanos, e ficam fixados em seu modo de ver as coisas e frequentemente rejeitam visões alternativas sem considera-las seriamente. Isso é parte da natureza humana” (Colander et al., 2004, p. 8).

mutável – ao menos além das roupagens ou das facetas com que se apresenta. Ou, então, o próprio argumento de Colander et al. (2004) prescreveu e, conforme se moveu para fora da fronteira do conhecimento, deixou de caracterizar o dinâmico *mainstream* da economia.

John Davis, por sua vez, concorda com parte desse argumento apresentado por Colander et al. (2004) de que a escola neoclássica não existe mais, porém ele, projetando sua postura em um meio-termo entre Colander (2000) e J. Peach (2003), alega que a combinação de categorias que subsidiava o neoclassicismo é agora a mesma que sustenta o *mainstream*: “A economia neoclássica pode estar morta, mas o nexo de racionalidade-individualismo-equilíbrio permanece bem vivo na economia *mainstream*” Davis (2008, p. 58).

A pertinência das críticas heterodoxas ao método

Em síntese, pode-se dizer Hausman (1998) e Colander et al. (2004) compartilham uma mesma impressão em respeito às análises críticas feitas pela heterodoxia. Isto é, esses autores fornecem elementos para afirmar que as críticas feitas pela heterodoxia em geral são parcial ou totalmente inválidas na medida em que não capturam apropriadamente o objeto de sua crítica, seja ele a economia neoclássica ou o *mainstream*. Tentou-se, ainda que brevemente, indicar alguns problemas centrais das duas perspectivas apresentadas.

Hausman, por exemplo, defende que os modelos da economia neoclássica não podem ser – como parece sugerir que são – entendidos como análogos aos desenvolvidos pelo positivismo lógico, ponto com o qual se pode concordar, mas ele próprio oferece uma caracterização da disciplina que evidencia uma atitude de dogmatismo metodológico e ontológico. Colander et al., por sua vez, alegam que o *mainstream* da profissão é razoavelmente receptivo à novas ideias e já superou aquelas concepções e rígidos axiomas da velha economia neoclássica (ortodoxia), mas reconhecem que o pluralismo do *mainstream*, na figura da elite da disciplina, não se estende ao método de modelagem que julgam científico.

Diante disso, o ponto a ser destacado nesta seção é que os argumentos defensivos apresentados pelas correntes dominantes em economia não são suficientes para rejeitar a crítica metodológica feita às correntes dominantes (como, por exemplo, a crítica de Tony Lawson). Elas são insuficientes pois (i) as defesas apresentadas frequentemente concedem ou até mesmo defendem um forte dogmatismo metodológico da disciplina; (ii) é possível inferir a partir dessas mesmas defesas que esse os métodos exercem uma influência não desprezível – ou até mesmo central – na disciplina; e (iii) em geral as críticas feitas não se direcionam a uma escola específica no nível da teoria substantiva, mas sim a própria atitude metodologicamente dogmática amplamente compartilhada na Economia.

Notas para a crítica metodológica da Economia

O objetivo da seção é defender que o combate das problemáticas asserções metodológicas do *mainstream* depende não exclusivamente de uma ‘guinada’ nas práticas acadêmicas e tampouco dessas ideias. Ao invés disso, como as relações científicas ou acadêmicas nunca são estritamente internas, i. é., indiferentes em relação aos desdobramentos sociais e econômicos de cada época, reforçamos a necessidade de combinar diferentes instâncias da crítica. Em poucas palavras, sugerimos que a negação dos métodos na economia está necessariamente vinculada à negação das necessidades sociais dominantes.

Damos destaque a uma obra da maturidade do filósofo György Lukács, sobre o trabalho humano, pois, ao destacar que a ciência emerge a partir do trabalho, Lukács nos oferece um entendimento muito útil a respeito da produção do conhecimento em sociedade – que esse conhecimento, mesmo em estágios muito complexos⁶ da organização social, ainda está vinculado às (e é afetado pelas) principais necessidades de cada época. O argumento segue a lógica posta pela seguinte pergunta: “Como emerge ontologicamente a ciência para que suas relações não possam ser analisadas criticamente de maneira separada do todo social?”

Essa seção é, assim, uma tentativa de contribuir para as críticas como a de Lawson e outras posições negativas da metodologia econômica por sublinhar que, mesmo se tratando de temas muito abstratos como procedimentos metodológicos, a transformação real na esfera social não pode surgir apenas de mudanças nas concepções ou ideias dominantes, como seria atribuível ao entendimento de Colander et al. (2004), por exemplo⁷. Como lembra Marx, “ideias não podem realizar absolutamente nada, para realizar ideias é preciso pessoas que disponham de um certo poder prático” (MARX, 1956, p. 160, tradução nossa).

E defender isso não significa argumentar que não o único tipo de influência social relevante é aquela prática. Ao contrário, Lawson (2003, cap 10) mostrou como os desenvolvimentos teóricos de

⁶ O tipo de complexidade a que nos referimos nesta parte do trabalho é aquela que pode ser atribuída à análise teórica de Marx das relações sociais. Ao comparar as noções de complexidade de Marx, Keynes e Mises, Prado (2014, p. 97) afirma que “O sistema econômico não é, para Marx, um simples sistema de interações sociais entre indivíduos que possam ser compreendidos isolada ou agregadamente. Não, diferentemente e em complemento, trata-se, sobretudo, de um entrelaçamento complexo inerentemente constituído como tal por relações sociais internas que vinculam e definem os atores sociais, assim como o sistema como um todo”. Em uma frase, a complexidade das relações é seu caráter sistêmico.

⁷ É claro que Lawson não está defendendo essa proposição, mas há evidência textual suficiente para sustentar que a guinada ontológica na economia requereria apenas a aceitação das falhas do positivismo e, fundamentalmente, uma persuasão para aderir a diferentes métodos: “Mas uma vez que as amarras do positivismo sejam descartadas deve se tornar mais fácil adaptar os processos de políticas para explorar as reais possibilidades do crescimento humano. Em resumo, se o custo de aceitar o panorama aqui elaborado é um abandono de muitos dos resultados da contemporânea disciplina econômica, o ganho inclui não apenas a possibilidade de uma emergente ciência econômica, mas uma base mais firme, um panorama mais apropriado e coerente do que o possuído anteriormente” (Lawson, 1997, p. 281, tradução nossa).

⁷ Duas objeções à posição de Lawson como aqui apresentada podem ser encontradas em Hodgson (2006) e Edwards et al. (2014). Hodgson explicitamente argumenta em favor de algum formalismo (matemático) na economia, enquanto ainda concorda com Lawson sobre a Economia se encontrar em um estado não saudável. O debate de Edwards et al. sobre a concepção de Lawson sobre “demi-regs” indica um debate aberto dentro do próprio realismo crítico sobre a importância do formalismo.

alguns autores relevantes foram fundamentais para determinar as possibilidades de ascensão do projeto matematizante. Ou seja, em um sentido restrito, Colander et al. (2004) têm razão quando permitem afirmar que um conjunto reduzido de figuras influentes na disciplina exerce um impacto considerável nos rumos do conhecimento. Para além disso (e a importância desse fator não é de forma nenhuma desconsiderado na presente análise), os trabalhos sistematizados sobre a performatividade dos economistas (Neris & Fucidji, 2016, p. 124) revelam que a prática de pesquisa na economia (enquanto disciplina) é influente na economia (enquanto objeto de análise). O argumento levantado aqui é, contudo, que o momento *predominante* da transformação social através da crítica não é aquele da formulação das ideias, embora elas desempenhem um papel fundamental.

Emergência ontológica da ciência a partir da categoria do trabalho

De partida, uma das noções mais importantes de Lukács é que a transformação intencional do mundo é uma das características distintivas do agir propriamente humano. A partir dessa noção, Lukács estabelece diferenças ontológicas entre a prática humana e aquela dos demais animais, de maneira oposta (Martins, 2014, p. 185-6) a uma numerosa bibliografia que se dedica a aproximá-las (e.g. desde observações sobre construções de formigas ou abelhas até comparações sobre sua racionalidade, etc.)

Para identificar analiticamente o ponto de surgimento de uma atividade essencialmente social, humana, Lukács faz uso de uma abstração na qual encontra o trabalho⁸ enquanto modelo de atividade social. A investigação tem que ser analítico-abstrativa pois a emergência de um tipo de atividade especificamente humana é uma mudança qualitativa que ocorre no transcurso de muitas gerações. Assim, o autor considera que “a esperança da primeira geração de darwinistas de encontrar o “*missing link*” [elo perdido] entre o macaco e o homem tinha de ser vã porque as características biológicas podem iluminar somente os estágios de transição, jamais o salto em si mesmo” (LUKÁCS, 2013, p. 43).

Como é assinalado, apesar disso a teoria evolutiva já foi capaz de mostrar como surgem complexos⁹ biológicos a partir de condições físico-químicas determinadas. Esse surgimento marca a emergência de uma nova forma de existência, que mesmo mantendo intercâmbio com a esfera ‘inferior’ (com a esfera físico-química; e.g. plantas em relação à luz, água, etc.), é uma forma qualitativamente diferente daquela e, algumas vezes, o intercâmbio imediato ocorre só entre seres do nível orgânico, como é possível no reino animal. Da mesma forma que o caminho evolutivo para a vida orgânica ‘prioriza’ as esferas mais complexas de vida, sem delas perder seu fundamento (afinal

⁸ Trabalho aqui sempre é entendido em seu sentido marxiano simples, como produtor de valores de uso. Nos casos em que houver necessidade de outra definição, o sentido do termo será indicado.

mesmo no reino animal o intercâmbio com o mundo físico-químico é necessário), na vida social ocorre o que Marx chama de “afastamento da barreira natural” (Lukács, 2013, p. 42). E assim pode-se dizer que o caminho evolutivo do ser social é um caminho de distanciamento das condições naturais, mas que nunca é completo ou definitivo, pois o ser social ainda é um ser ao mesmo tempo social, orgânico e inorgânico.

Através do estudo da emergência do ser social, exame que só pode ocorrer *post festum*, Lukács identifica no trabalho a gênese desse tipo de ser. Como defende o autor, é o trabalho, e não outras categorias sociais (e.g. linguagem, arte, ciência, direito, etc.) que constitui o fundamento da existência social, simplesmente pelo fato de que todas as outras já supõem um salto qualitativo e só se desenvolvem no tipo de ser que já é social. O trabalho, por outro lado, tem por essência um caráter de transição, que permite ao gênero humano superar e ao mesmo tempo conservar os aspectos dos níveis precedentes de existência:

Ele [o trabalho] é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (LUKÁCS, 2013, p. 44).

Mas Lukács não define o trabalho somente como a categoria que inaugura a existência social. Ele é, também, a prática modelo para outros tipos de práticas sociais. Como estamos interessados no surgimento da ciência, é suficiente destacar que, a partir do trabalho simples se desdobra a investigação dos objetos e processos naturais que são requeridos para a criação dos meios pelos quais a realidade pode ser transformada (no trabalho), dando origem a novas objetividades. Ou seja, em poucas palavras, o trabalho (simples) é a criação de objetividades que satisfazem alguma necessidade humana, e esse processo já envolve a busca de meios ou instrumentos que permitam ou facilitem a execução do ato de trabalho; mas quando a busca desses meios se autonomiza, tornando-se *investigação do mundo para criação de meios* que ajudem a realizar o trabalho, tem-se um tipo de investigação que, diz Lukács (2013, p. 60), contém a gênese da ciência.

Assim, não só a ciência tem sua gênese no trabalho, mas guarda uma conexão ontológica (nítida nos níveis primitivos, porém que continua a existir e influir nos estágios mais complexos do ser social) com as próprias necessidades que precisam ser satisfeitas pelo produto do trabalho. Para ilustrar o estágio de gênese da ciência, é conveniente partir da faca de pedra, um recorrente exemplo do autor. Mesmo no processo de trabalho voltado para a produção de um dos instrumentos mais simples, como a mais rústica faca, é possível perceber todas as características da prática especificamente humana. Esse processo envolve a posição ou estabelecimento de uma finalidade específica, que é ‘imprimida’ na realidade. O humano, ao contrário dos animais, é capaz de representar idealmente a objetividade (faca de pedra) que deseja produzir no trabalho. E a execução bem-sucedida desse processo de produção exige, fundamentalmente, que em cada etapa do processo

sejam tomadas alternativas corretas, que conduzam à criação de uma objetividade efetivamente capaz de satisfazer a finalidade do sujeito do trabalho. Se o sujeito não for, por exemplo, cognitivamente capaz de escolher o material adequado (pedras adequadas), ou não souber como lapidá-las de maneira a conferir o formato desejado, não é possível que haja êxito consistente no ato de criar a faca de pedra.

Em vista disso, não parece ser necessário prolongar o argumento para afirmar que nos processos sociais mais simples a relação é clara: o sucesso das posições de finalidade imediatas depende de uma correta apreensão dos nexos de causalidade envolvidos (e.g. cozinhar com sucesso depende do, ou exige um, conhecimento da reação que o aumento de temperatura provoca em determinados objetos sob determinadas circunstâncias). E a ciência emerge como algo homogêneo ao processo de trabalho como simples criador de valores de uso, (i.e., transformador da realidade material e criador de objetividades). Neste nível da abstração, em que o propósito central da espécie humana não se afasta muito da subsistência, no sentido de atender às necessidades fisiológicas, o conhecimento ‘científico’ sobre os objetos do mundo precisa ser adequadamente apreendido para que haja sucesso na materialização de uma finalidade posta pelo indivíduo. A partir disso, a abstração dos nexos de causa e efeito descobertos e a sua bem-sucedida aplicação em *outro campo*, mesmo que inconscientemente, “[...] já possui algumas importantes características do pensamento científico” (LUKÁCS, 2013, p. 60).

Se este aspecto pode ser considerado como um fundamento da ciência, um marco decisivo na constituição do pensamento científico e em sua distinção daquele presente na execução do processo de trabalho é a *autonomização* da investigação desses objetos e processos naturais. Segundo Lukács:

É, portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as ciências naturais (LUKÁCS, 2013, p. 60).

Embora isto pressuponha um determinado distanciamento entre o agir científico e o agir voltado para o trabalho, tanto em um quanto em outro o espelhamento ou visão de mundo que os sujeitos têm da realidade é decisivo para que o sujeito transforme as legalidades (ou forças operantes imanentes à própria essência dos objetos) em legalidades postas para um fim pré-estabelecido. O espelhamento da realidade é decisivo, portanto, para inserir na própria realidade novas objetividades.

Ontologia e o critério das práticas sociais

Será referido, diversas vezes ao longo deste trabalho, a uma *ontologia* no sentido de reflexo ou concepção de mundo o mais próximo possível da realidade considerada, que como toda objetividade é sempre, por natureza, “intensivamente infinita” (Lukács, 2013, p. 66). Assim, é importante sublinhar dois significados diferentes de ontologia. Lukács alterna o uso do termo entre ontologia do objeto no sentido da sua constituição, seu ser-em-si, que é um só. Mas também se refere

à ontologia como sinônimo da forma como esse objeto é idealmente representado pois, devido a sua “intensividade infinita” de propriedades, mais de um espelhamento ou ontologia (nesse segundo sentido) é possível¹⁰.

Será argumentado que, por mais particular que possa ser o complexo da ciência, esta é inevitavelmente influenciada, assim como o complexo do trabalho que a origina, pelas representações ontológicas (naquele segundo sentido) que os sujeitos têm da realidade. É oportuno assinalar então, junto com Lukács, que:

Os modelos de representação que estão por trás das hipóteses cósmicas, físicas etc. são – em geral inconscientemente – determinados também pelas representações ontológicas que vigoram na respectiva cotidianidade, que, por sua vez, se ligam estreitamente às experiências, aos métodos, aos resultados do trabalho atuais em cada oportunidade (LUKÁCS, 2013, p. 61).

Sejam estas representações equivocadas ou não, são pressupostas pelo tipo de atividade especificamente humana. Assim, Lukács já destaca que, genericamente, as ontologias (inclusive as científicas) estão estreitamente vinculadas à cotidianidade e ao trabalho concreto de cada época. Mas, também precisamos indicar, já que o interesse desta seção está ligado à ciência, uma forma social que envolve mais mediações que tem, portanto, um certo grau de autonomia relativa, que em um nível mais mediado, mais complexo, é possível que as pessoas efetivamente alcancem suas finalidades particulares por intermédio de uma compreensão equivocada da realidade, e essa possibilidade já foi indicada de maneira muito semelhante através do modelo transformacional do Realismo Crítico. Aqui forneceremos mais um exemplo do argumento.

A ciência da China antiga, por exemplo, é riquíssima em demonstrações de domínio correto de legalidades que se fundamentavam em concepções que a ciência moderna julga como falsas. O primeiro sismoscópio já conhecido, inventado por Zhang Heng (reconhecido cientista, poeta, matemático e pintor da China antiga) em 132 D.C., é uma dessas invenções baseadas numa concepção falsa. O aparelho de bronze consistia de um vaso com oito dragões dispostos nas direções cardinais, cada um portando uma esfera na ponta de sua boca. Dentro do vaso havia um pêndulo que balançava na direção do epicentro de algum tremor, liberando a esfera na boca de um dos oito sapos, alertando quem estivesse por perto e indicando o sentido do terremoto.

A concepção espiritual de Zhang Heng era de que tremores eram causados por perturbações entre ying e yang derivadas de más decisões tomadas pela dinastia dominante. Segundo Feng Rui e Wu Yuxia, Zheng Heng, ao comentar sobre a instabilidade política que se seguiu após um terremoto em 128 D.C., diz que:

Tremores e fissuras ocorreram no penúltimo ano, - Yin e Yang estão discordantes, e desastres ocorrem em todos os lugares; deidades se escondem em um lugar remoto mas supervisionam

¹⁰ Contudo, é bom notar que isso não significa que todos os reflexos sejam igualmente adequados ou que todas as ontologias sejam igualmente adequadas. Para Lukács é possível, e é um dever da ciência que se busque aperfeiçoar as formas de representação ontológicas para um entendimento progressivamente mais adequado.

a conduta das pessoas, apesar de as leis do Céu serem profundas, boa ou má fortuna podem ser identificadas por terremotos (RUI e YUXIA, 2014, p. 3).

Mesmo que hoje a ciência diga que tremores sísmicos ocorrem na maioria das vezes pelo deslocamento de placas tectônicas e não pela instabilidade das energias de ying e yang, o sismoscópio de bronze produzido por Heng permitiu que a dinastia Han pudesse eficientemente (PAJAK, 2005) antever as notícias de terremotos e enviar socorro mais rapidamente aos lugares atingidos pelos tremores – o que certamente se tornou uma fonte de estabilidade política para a dinastia Han. Isto exemplifica a íntima relação entre a ontologia dominante e as concepções científicas de cada época, relação esta que prevalece até hoje.

Neste sentido, do caráter imbricado entre teoria e práxis deriva-se a constante influência das concepções ontológicas nas manifestações concretas da práxis. Lukács (2013, p. 69) argumenta que a investigação científica não pode ser indiferente em relação aos efeitos da ontologia dominante e que esta, a ontologia, jamais é neutra diante da práxis social. Em suas palavras:

Por sua vez, a ciência, quando apreende com seriedade e de modo adequado a realidade, não pode evitar tais formulações ontológicas; que isso aconteça conscientemente ou não, que as perguntas e as respostas sejam certas ou erradas, que ela negue a possibilidade de responder de maneira racional a tais questões, não tem nenhuma importância nesse nível, porque essa negação, de qualquer modo, age ontologicamente dentro da consciência social. E, dado que a práxis social sempre se desenrola dentro de um entorno espiritual de representações ontológicas, tanto na vida cotidiana como no horizonte das teorias científicas, essa circunstância por nós referida [a de que a ontologia elevada ao plano da consciência não pode ser neutra diante de nenhuma práxis social] é fundamental para a sociedade (LUKÁCS, 2013, pp. 92-3).

Em síntese, essa parca descrição de ciência autoriza afirmar, genericamente, que questões científicas sempre estão conectadas às ideias e concepções sociais não-científicas mais fundamentais de cada época e é justamente por isso que discutir ontologia é importante – o mesmo pode ser destacado a partir do modelo transformacional do Realismo Crítico. Também é razoável afirmar que a sociabilidade crescentemente complexificada confere a ciência uma certa autonomia relativa, no sentido de que, ao contrário da prática imediata menos complexa, pode postergar um reflexo apropriado da realidade sem necessariamente eliminar a possibilidade de agir sobre essa realidade. Mas o destaque indispensável para este trabalho é que, ao mesmo tempo, a ciência permanece a cargo de produzir um tipo de conhecimento socialmente útil, que satisfaça necessidades sociais de um determinado tipo.

Com essas considerações, é possível entender a existência de um quadro no qual a ciência, mesmo que ontologicamente equivocada, efetivamente oriente práticas até a execução das suas finalidades particulares imediatas e ao mesmo tempo cumpra uma determinada função social. No exemplo de sismoscópio, é importante observar que a detecção de terremotos envolvia uma questão delicada de manutenção da estabilidade política. A ordem para construção de um aparelho que permitisse identificar tremores parte da uma dinastia politicamente fragilizada, que precisava

assegurar estabilidade em um contexto onde tremores era capazes de impor “grande pressão política”¹¹ (RUI e YUXIA, 2014, p. 3).

A partir desse quadro podemos sublinhar uma diferença crucial entre o trabalho enquanto produtor de valores de uso e práticas mais complexas, como a ciência. Para o trabalho, é possível postular que a realização da prática indica que foram corretamente apreendidos os nexos causais requeridos para alcançar o fim desejado. Ou seja, para o trabalho, pode-se postular que o critério de retidão da ontologia é, imediatamente, a prática. E isto é possível pois, como foi dito, um entendimento equivocado do ser-em-si das coisas no ato de trabalho enquanto simples produção de valores de uso implica em insucesso para concretizar exatamente aquela objetividade desejada, aquilo que se tem em mente antes e ao longo do processo de trabalho. “O que significa que, no trabalho tomado em si mesmo, é a práxis que estabelece o critério absoluto da teoria” (LUKÁCS, 2013, p. 94).

Para as práticas mais complexas, e aqui tem-se especificamente em mente o estabelecimento de uma determinada metodologia ou, nas palavras de Lukács, quando usa-se o “conhecimento [...] obtido para ampliar o próprio conhecimento” (2013, p. 95), esse critério por si só não é suficiente. O autor está afirmando, em outras palavras, que, ao contrário daquele tipo mais simples de prática, que podemos submeter imediatamente ao critério prático, as práticas mais complexas da sociedade estão sempre intrinsecamente vinculadas às tendências cuja origem é a sociedade como um todo. Sinteticamente, podemos defender a partir do caráter socialmente imbricado das práticas complexas que uma explicação *essencialmente incompleta* dessas práticas é aquela explicação que não leva em conta sua dimensão social, i.é., que não as entenda como parte de uma totalidade¹². Como assinala Lukács em outro trecho:

Mais uma vez, independentemente do grau de consciência, todas as representações ontológicas dos homens são amplamente influenciadas pela sociedade, não importando se o componente dominante é a vida cotidiana, a fé religiosa etc. Essas representações cumprem um papel muito influente na práxis social dos homens e com frequência se condensam num poder social [...]. Às vezes, daí brotam lutas abertas entre concepções ontológicas objetiva e cientificamente fundadas e outras apenas ancoradas no ser social. Em certas circunstâncias – e isto é característico da nossa época – *essa oposição penetra no próprio método das ciências* (LUKÁCS, 2013, p. 95, *itálicos adicionados*).

Por fim, a importância de uma concepção totalizante para crítica filosófica-metodológica também é defendida por Andrew Brown (2013), que comenta como o Realismo Crítico pode ser

¹¹ O Imperador Shun, que assumiu o trono aos 14 anos em 125 D.C., após cruéis disputas pelo poder imperial e diante de um terremoto de magnitude 6.5 ocorrido em 128 D.C, ordenava por decreto aos seus ministros o combate às supostas raízes espirituais dos tremores. Á Zhang Heng a corte ordenou a construção do sismoscópio para ajudar a determinar a localização da boa ou má fortuna. (Rui e Yuxia, 2014, p. 3).

¹² E é precisamente essa a crítica que temos com relação ao trabalho de Lawson (2003). O autor se aproxima de uma interpretação crítica totalizante das práticas de pesquisa na economia, esforço que pode ser destacado na aplicação do modelo PVRS polar (2003, capítulos 5 e 10). Contudo, o vínculo feito entre as representações ou concepções dominantes na esfera social e as concepções científicas predominantes na academia foi apenas momentânea, especificamente na análise do papel do macarthismo (Lawson, 2003, pp. 273-277). Mas as disputas ontológicas não são momentâneas, e sim constantes, como pode-se indicar a partir de Weintraub (2017, p. 590).

contra-producente para análise ampla de fenômenos socialmente intrincados como os que destacamos. Segundo o autor, o escopo teórico possível se torna limitado à medida em que os fenômenos sob análise são mais complexos. Brown (2013, p. 121-2) afirma que “quando não se começa [a análise] com o valor, não se pode compreender qualquer regime de acumulação [...] muito menos o capital e relações de trabalho”. Para Brown, quando as estruturas sob análise são, ainda que abstrativamente, removidas do intercâmbio com a totalidade, seu estudo tende ao equívoco. Ou seja, análises desse tipo “encorajam concepções vagas de estruturas sociais livremente flutuantes, obscurecendo suas relações internas umas com as outras e com as atividades dos agentes” (2013, p. 122).

Considerações Finais

Neste artigo esperamos ter indicado que a metodologia da disciplina econômica desempenha um papel decisivo na conservação ou blindagem de suas noções fundamentais, isto é, blindagem de sua ontologia. A partir de Hausman (1992) foi possível ver que o método dedutivo a priori protege as leis básicas da disciplina e a partir de Colander et al. (2004) foi possível ver que a Economia não demonstrou ser tão progressista quanto se acreditava ser, e além disso ela confirmou uma forte tendência a preservar os mesmos métodos de análise responsáveis por seus fracassos. Após isso, argumentamos com base no trabalho de Lukács (2013) que os métodos dominantes na ciência estão, devido ao seu vínculo ontológico com a sociedade, atrelados em algum nível com as necessidades sociais dominantes. Por isso, a crítica desses métodos deve ser também uma crítica ontológica concretamente fundamentada em uma compreensão para além das relações estritamente acadêmicas, isto é, uma compreensão totalizante.

A concepção totalizante aqui defendida é aquela que seja capaz de lidar, sempre que preciso, com a característica social e sistemicamente ancorada do conhecimento. E, como lembra Lukács (2013), tanto as posturas científicas quanto as considerações da filosofia ou da vida cotidiana podem ser desviadas, no processo de desenvolvimento social, da efetiva compreensão real do ser, isto é, podem tomar caminhos que apesar de inicialmente produtivos acabam conduzindo ao erro. Por isso é importante destacar que a crítica das visões que se desviem desse entendimento não pode partir de um ponto de vista restrito unicamente a qualquer um desses níveis.

A crítica ontológica [...] deve ser incondicionalmente concreta, fundada na respectiva totalidade social e orientada para a totalidade social. Seria inteiramente equivocado supor que a ciência sempre possa corrigir em termos ontológico-críticos corretos o pensamento da vida cotidiana, a filosofia das ciências, ou, de modo inverso, que o pensamento da vida cotidiana possa desempenhar, nos confrontos com a ciência e com a filosofia, o papel da cozinheira de Molière (LUKÁCS, 2013, p. 97-8, itálico adicionado)¹³.

¹³ Lukács provavelmente se refere a Mestre Tiago, uma das personagens da comédia *L'Avare* (O Avaro). Tiago era o cocheiro e também o cozinheiro de Harpagão. Por baixo do sobretudo de cocheiro Tiago traz encoberto o avental de cozinheiro, cumprindo uma dupla função: “Harpagão – [...] Ah, Mestre Tiago, aproximai-vos, guardei-vos para o fim. / Mestre Tiago. – É ao vosso cocheiro ou ao vosso cozinheiro, Senhor, que desejais falar? porque eu sou um e outro. / H.

Por isso, julgamos avaliações como a de Lawson (2003, cap 10), que associa forças sociais como o macarthismo a consequências teóricas no interior da academia, fazem um esforço parcialmente produtivo. A análise de Lawson permite ver as práticas acadêmicas matemático-dedutivas da economia como parte das amplas e decisivas questões sociais em evidência na França e depois nos Estados Unidos. Nesse caso, fica evidente que aquelas práticas estão intimamente associadas à problemas da vida política e cotidiana. Mas também não é possível considerar que esses métodos tiveram “apenas” um único impulso das forças sociais para que alcançassem a hegemonia que tem nos dias de hoje. As concepções metodológicas que Lawson identifica e critica estão, ao contrário, em contínuo intercâmbio com a vida cotidiana específica de seu tempo, isto é, a vida cotidiana capitalista, que demanda métodos científicos tecnicamente sofisticados, com certa aderência prática e ao mesmo tempo travestidos de neutralidade, como o próprio Lawson (2003, cap 10; 2017) brevemente observa.

Se essa é uma forma de prática (metodológica), que (mesmo que de maneira muito indireta e nem sempre empiricamente observável ou linear) favorece e ao mesmo tempo é favorecida por relações sociais de produção (que demandam um entendimento pragmático, tecnicamente sofisticado, e ontologicamente equivocado do mundo), então elas só podem ser combatidas ou reorientadas pela crítica combinada de suas fontes.

E nem seria preciso reconhecer aqui que a crítica mobilizada pelo autor é de excepcional relevância para o desprestígio de um *mainstream* dedutivista por essência. Assim, em uma afirmativa parcialmente conclusiva, pode-se dizer que consideramos o conjunto teórico dos trabalhos analisados um grande avanço crítico, mas que ainda não é completamente direcionado à raiz do problema. Nesta seção, por fim, destacamos novamente a importância de uma crítica ontológica das falsas concepções, mas, desta vez, pela visão marxista de Lukács:

As consequências espirituais do desenvolvimento desigual da sociedade são tão fortes e múltiplas que qualquer esquematismo no tratamento desse complexo de problemas só pode afastar ainda mais do ser. Por isso, a *crítica ontológica* deve orientar-se pelo conjunto diferenciado da sociedade – diferenciado concretamente em termos de classes – e pelas inter-relações dos tipos de comportamentos que daí derivam. Só desse modo se pode aplicar corretamente a função da práxis como critério da teoria, decisiva para qualquer desenvolvimento espiritual e para qualquer práxis social (LUKÁCS, 2013, p. 98, itálico adicionado).

– É aos dois. / M. T. – Mas a qual deles em primeiro lugar? / H. – Ao cozinheiro. / M. T. – Esperai, então, por favor. (Tira a casaca de cocheiro, e aparece vestido de cozinheiro.) / H. – Que diabo de cerimônia é essa? / M. T. – Já podeis falar. / H. – Comprometi-me a servir um jantar logo à noite, Mestre Tiago. / M. T. – Que grande milagre! / H. – Ora diz-me lá, és capaz de nos preparar uma boa refeição? / M. T. – Sim, se vós me derdes dinheiro para isso. / H. – Que diabo, sempre dinheiro! Parece que não sabem dizer mais nada: “Dinheiro, dinheiro, dinheiro.” Ah! é a única palavra que têm na boca: “Dinheiro.” Sempre a falar de dinheiro. É o ai-jesus deles, dinheiro!” (MOLIÈRE, 2009, p. 32).

Referências

- BHASKAR, Roy. **A Realist Theory of Science**. London, New York: Routledge, 2008 [1975] 310 p.
- BROWN, Andrew. Critical realism in social research: approach with caution. *Work, Employment and Society*, v. 28, No 1, 2013, pp. 112-123,
- CALDWELL, Bruce. **Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century**. Londres: George Allen & Unwin, 1982, 298 p.
- COLANDER, David et al. The financial crisis and the systemic failure of the economics profession. **Critical Review**, v. 21, n. 2-3, 2009, p. 249-267.
- COLANDER, David; ROSSER, Barkley; HOLT, Richard. The changing face of mainstream economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4. 2004. pp 485-499.
- DAVIS, John. Heterodox Economics, the Fragmentation of the Mainstream, and Embedded Individual Analysis. In: **Future Directions for Heterodox Economics**. Eds. John Harvey and Robert Garnett. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2008, pp. 53-72
- EDWARDS, P., O'MAHONEY, J., VINCENT, S. (Eds.). **Studying Organizations Using Critical Realism: A Practical Guide**; Oxford: University Press, 2014
- FUCIDJI, José Ricardo. **Realismo Crítico e Teoria Econômica: Quatro ensaios sobre Metodologia Econômica**. Tese de doutorado, 231 pp., Unicamp. Campinas 2012
- HODGSON, G. The Problem of Formalism in Economics. In: **Economics in the Shadows of Darwin and Marx. Essays on Institutional and Evolutionary Themes**; Cheltenham: Edward Elgar, 2006
- HAUSMAN, Daniel M. **The inexact and separate science of economics**. London: Cambridge University Press, 1992
- KUHN, Thomas S. **The Structure of Scientific Revolutions**. The University of Chicago Press, 1970 [1962].
- LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes**. Cambridge University Press, 1978.
- LAWSON, Tony. **Economics and Reality**. London, New York: Routledge, 1997, 364 p.
- _____, Tony. **Reorienting Economics**. London, New York: Routledge, 2003, 411 p.
- _____, Tony. What is this 'school' called neoclassical economics?. **Cambridge Journal of Economics**, Vol. 37, No. 5, 2013, pp. 947-983.
- _____, Tony. What is wrong with modern economics, and why does it stay wrong? **Journal of Australian Political Economy**, No 80, pp. 26-42, 2017.
- LUKÁCS, György. O Trabalho. In: **Para uma ontologia do ser social, vol. II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013, pp. 41-158.

- MARTINS, M. V. Do trabalho à ética: um percurso de Lukács na Ontologia. **Marx e o Marxismo**, Vol 2, n. 2, jan/jul 2014, pp. 185-193.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**, Livro I. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013
- MARX K., ENGELS F. **The Holy Family or Critique of Critical Critique** / Trans. by R. Dixon; Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1956
- MOLIÈRE, J. B. P. **O Avarento**. Tradução de Alexandra Moreira da Silva, 2009.
- NERIS, Celso; FUCIDJI, José R. A tese de performatividade e o ambiente das ideias: o papel dos modelos formais em economia. **Nova Economia**, v. 26, n.1 pp. 123-146, 2016
- PAJAK, Jan. **Signal processing in the “Zhang Heng Seismograph” for remote sensing of impending earthquakes**. 1st International Conference on Sensing Technology November 21-23, 2005 Palmerston North, New Zealand disponível em: <<http://seismoscope.allshookup.org/remote-sensing-of-earthquakes.pdf>>
- PEACH, J. Hamiltonian and Teleological Dynamics a Century after Veblen. **Journal of Economic Issues**, v. 37, n. 1, 2003, pp. 123-32.
- RUBIN, Isaac I. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014
- RUI, Feng & YUXIA, Wu. Zhang Heng's Seismoscope: Its Emergence. **Earthquake Research in China**, v. 28, n. 1, 2014.
- WEINTRAUB, E. Roy. **McCarthyism and the Mathematization of Economics**. Journal of the History of Economic Thought, v. 39, n. 4, 2017, pp. 571-597.